

A INTERPRETAÇÃO DE MARK TIMMONS SOBRE A NOÇÃO DE UNIVERSALIZABILIDADE NA II SEÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES

Marina Leal Barão*

Resumo: Buscou-se esclarecer os principais pontos do texto “The categorical imperative and universalizability²” de autoria de Mark Timmons, principal referência aqui para a análise da questão da universalizabilidade. Posteriormente investigaram-se algumas análises filosóficas sobre o imperativo categórico e a universalizabilidade, encarregando-se também dos testes de contradição. O objetivo é contribuir para uma possível elucidação do papel da Fórmula Universal da Lei da Natureza na filosofia moral kantiana.

Palavras-chave: imperativo categórico, fórmula universal da lei da natureza, fórmula da lei universal.

AN INTERPRETATION OF MARK TIMMONS ON A CONCEPT OF UNIVERSALIZABILITY IN THE SECOND SECTION OF THE FOUNDATION OF THE METAPHYSICS OF COSTUMES

Abstract: It was sought to clarify the main points of the text "The categorical imperative and universalizability" by Mark Timmons, main reference here for the analysis of the question of universalizability. Subsequently, some philosophical analyzes of the categorical imperative and universalizability were investigated, and the tests of contradiction were also carried out. The aim is to contribute to a possible elucidation of the role of the Universal Formula of the Law of Nature in Kantian moral philosophy.

Keywords: categorical imperative, universal formula of the law, formula of the universal law.

*Mestranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas.

² (GMS, 421 – 424) “O imperativo categórico e a universalizabilidade (GMS, 421 – 424)”. GMS é a sigla em alemão para Grundlegung zur Metaphysik der Sitten, no português, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.

Pois, quando se trata do que deve ser moralmente bom, não basta que seja conforme à lei moral, mas também tem que acontecer por causa dela. (GMS, 390).

Em seu texto Timmons trata principalmente da Fórmula Universal da Lei da Natureza (FLN) “Age como se a máxima de tua ação devesse se tornar por tua vontade uma lei universal da natureza.”³ e as diferentes perspectivas dos intérpretes kantianos. Ele diz que por muitos anos a teoria moral de Immanuel Kant foi pensada e avaliada com base apenas na Fórmula da Lei Universal (FUL) expressa na primeira formulação do imperativo categórico “age apenas segundo a máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal.”⁴ Contudo, Kant reformula a FUL crendo que ela não seja capaz de determinar a moralidade ou a imoralidade de uma ação específica, apenas a FLN seria capaz de determinar a moralidade de uma ação, pois ela representa o “cânon do ajuizamento moral da ação em geral.”⁵ A FLN está intrinsecamente ligada aos testes de universalizabilidade, que são: o teste de contradição na concepção (CC) e o teste de contradição da vontade (CW).⁶ Os testes de universalizabilidade de Kant servem também para diferenciar dever perfeito de dever imperfeito, a ação que falha no teste de contradição na concepção (CC) infringe o dever perfeito, a ação que falha no teste de contradição da vontade (CW) infringe o dever imperfeito. Em seu comentário, Timmons busca proporcionar ao seu leitor uma perspectiva geral dos principais problemas debatidos pelos pesquisadores da ética kantiana referente às leis universais de Kant.

Em geral, a FLN é tida pelos intérpretes⁷ como um processo de decisão moral, no primeiro tópico do seu comentário Timmons irá elencar as etapas do processo de decisão moral e apresentar as principais interpretações a respeito desse processo. No segundo tópico ele estabelecerá o que ele chama de um “modelo forte” da FLN e os “pressupostos fundamentais” dessa ideia. Na terceira parte do seu comentário ele busca esclarecer por que os estudiosos e pesquisadores dos testes de universalizabilidade de

³ Kant, *GMS*, 421.

⁴ Kant, *GMS*, 421.

⁵ Kant, *GMS*, 424.

⁶ Ressalto que aqui se faz uso das mesmas siglas usadas por Timmons.

⁷ Como Schönecker e Wood em *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant*: um comentário introdutório.

Kant rejeitam o modelo forte. Nessa parte ele também concederá ao leitor as suas objeções e questionamentos referentes à FLN. No quarto tópico Timmons reflete sobre o problema das descrições relevantes e se uma teoria de relevância moral seria capaz de livrar os testes de Kant de objeções. Esses são alguns dos pontos principais do comentário de Timmons estabelecidos por ele próprio⁸ que são objetos de estudo desse ensaio.

Timmons entende por leitura padrão da FLN aquela interpretação consagrada dentre os intérpretes⁹, de que a FLN representa um processo de decisão moral baseado nos testes de universalizabilidade. Esse procedimento de decisão possui duas características que se diferem segundo Timmons¹⁰, a primeira característica supõe que o princípio de universalizabilidade representa um princípio moral substantivo, pois a sua aplicação resulta em veredictos morais definitivos sobre a ação em questão. É importante salientar o que Mark Timmons deixou para trás, o conceito de veredicto moral, veredicto moral, em grosso modo, é o que diz se uma ação é correta ou não, baseada na universalização da máxima. Ora, se a máxima é passível de universalização então ela é válida, no entanto, se a máxima não pode ser elevada ao status de lei universal, então ela é moralmente inválida. A segunda característica da universalizabilidade é que os testes de contradição são formais, pois o seu núcleo fornece veredictos deônticos sobre a ação que está sendo examinada.

Acredita-se, ao contrário de Timmons, que Kant não está preocupado em definir na sua teoria moral se uma ação é correta ou não, ele parece estar preocupado tão somente com a perspectiva de que se uma ação pode ser universalizada, então ela é válida do ponto de vista da moral, essa visão é diferente da visão adotada por Timmons, mas a esclareceremos mais a diante.

Depois de analisar os polêmicos exemplos de Kant, onde ele procura aplicar a FLN, Timmons reflete que:

⁸ Timmons, M. *The categorical imperative and Universalizability*. p. 159, 160.

⁹ Como Schönecker e Wood em *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant: um comentário introdutório*.

¹⁰ Timmons, M. *The categorical imperative and Universalizability*, p.161.

Kant inclui às vezes mais e às vezes menos informações sobre a ação e as circunstâncias do agente, é claro que uma máxima, quando totalmente declarada, inclui uma especificação de: (1) circunstâncias de escolha, (2) a ação, e (3) o fim, ou o que Kant chama de “questão” de ação – o propósito ou a razão motivadora pela qual se propõe realizar a ação em questão.¹¹

Esse é o problema que está implícito no primeiro passo do processo deliberativo, o chamado problema das descrições relevantes. Informações demais e irrelevantes do ponto de vista moral em um procedimento deliberativo pode resultar em um juízo moral equivocado.

É importante dizer que Schönecker e Wood consideram a existência um princípio fundamental da FUL e da FLN.

Tentarei explicar o que Timmons compreende sobre cada passo do processo deliberativo, e as interpretações que ele coloca a respeito de cada passo. O processo deliberativo é formado por quatro etapas, a primeira etapa consiste em elaborar a máxima da ação. Uma das principais questões interpretativas sobre esse passo, como já foi dito acima, consiste no problema das descrições relevantes, Timmons se questiona como as circunstâncias, a ação e o fim devem ser descritos em uma máxima de maneira adequada. Se pensarmos no exemplo que Timmons usa do Ross do caso de mentir para um assassino para salvar a vida de uma pessoa inocente, podemos pensar, segundo os testes de Kant, que mentir é moralmente errado. Contudo, o indivíduo que está protegendo a pessoa do assassino pode argumentar que, mentir é errado, mas, sempre que mentir for salvar a vida de uma pessoa inocente, a mentira é moralmente justificável. O problema ocorre por que nos testes de Kant, ele não indica em qual nível de abstração a máxima de uma ação deve ser pensada. Segundo Timmons se o próprio princípio não mostra em qual nível de abstração uma determinada ação deve ser pensada, a fim de estabelecer um juízo moral adequado da ação, então ela não pode ser um processo de decisão. O segundo passo do processo deliberativo é elevar a máxima ao status de lei universal se questionando o que aconteceria se a máxima da ação em questão fosse universalizada. Timmons faz uso do que ele chama de uma interpretação dominante a respeito desse segundo passo dos intérpretes da ética kantiana, a

¹¹Timmons, M. *The categorical imperative and Universalizability*, p. 162.

interpretação consiste em imaginar que a máxima pode ser reconhecida por todos como moral e assim, todos os seres racionais sensíveis necessariamente agirão conforme tal máxima. O terceiro passo do processo deliberativo baseia-se na aplicação dos testes de contradição da vontade (CW) e contradição na concepção (CC). As interpretações desse passo colocadas por Timmons é de que interpretações chamadas de mais austeras aceitam somente acrescentar informações a priori, enquanto interpretações chamadas de opulentas aceitam acrescentar também informações empíricas.

Essa questão sobre os tipos de informações que podem ser usadas para gerar contradições afeta como os testes podem gerar resultados intuitivamente corretos para ações reconhecidamente erradas. Em comparação com interpretações austeras, interpretações mais opulentas permitem que a informação empírica desempenhe um papel e (sem dúvida) faça os testes mais úteis na geração de veredictos morais sobre uma gama mais ampla de questões relacionadas à conduta humana e, portanto, mais poderosa como um procedimento de decisão.¹²

O quarto e último passo do processo deliberativo, segundo Timmons, é inferir um veredicto moral, como já foi explicado a cima, inferir um veredicto moral, na perspectiva do intérprete, é diagnosticar se a máxima é certa ou errada através da universalização da máxima. Ora se ela é passível de universalização, então ela é correta, no caso de não ser universalizável, então ela é moralmente errada. Alguns intérpretes são céticos em relação à derivação dos veredictos deonticos dos testes kantiano, eles crêem que os testes só são capazes de criar um veredicto moral sobre a máxima e sobre a própria ação em questão.

Timmons toma a posição de que um princípio moral não precisa cumprir uma dupla função, a de um procedimento de decisão e a de um critério moral, por isso ele centraliza seu pensamento na perspectiva de que a FLN representa somente um processo de decisão, e abandona então o pressuposto de ser também um critério moral. Segue-se aqui o método do próprio Timmons, que consiste em primeiro esclarecer os pontos principais do seu comentário para depois nos atermos em novas considerações e em uma análise filosófica referente às suas propostas para uma leitura da FLN.

¹² Timmons, M. *The categorical imperative and Universalizability*, p. 165.

Ele elenca três pressupostos fundamentais da FLN, que são intitulados por ele de: autossuficiência, coerência e relevância. Para ele, refutar um desses pressupostos é o mesmo que rejeitar a FLN como um processo de decisão. Ser autossuficiente é exercer a função de uma premissa moral em um argumento moral adequado, a autossuficiência é um requisito básico para a FLN ser um processo de decisão. A coerência está nos veredictos morais que podem ser alcançados através da aplicação da FLN como um procedimento de decisão e também no conhecimento moral vulgar, pois como Kant afirma na *Fundamentação* o imperativo categórico está também no senso comum. Ou seja, os veredictos gerados pela FLN devem estar em equilíbrio com os juízos morais dados pelo senso comum. Segundo Timmons, “a coerência representa talvez a condição mais básica de adequação de um processo de decisão.”¹³ Seguindo para a importância da relevância dentro dos pressupostos fundamentais da Fórmula Universal da Lei da Natureza (FLN) ela é de extrema importância uma vez que elucida a tese de que um procedimento de decisão autossuficiente já cumpre também o status de coerente.

Agora tratarei sobre o que Timmons entende por um modelo forte da FLN, ele desmembra o modelo forte quatro partes, o poder deôntico, a determinação do nível do ato, a exatidão classificatória e o escopo máximo, tentarei explicar cada parte desse modelo forte, começando pelo poder deôntico. Poder deôntico, na visão de Timmons é expresso pela FLN na forma de uma correção moral. Ele reflete que,

se esse princípio tem esse tipo de poder deôntico, então não só será capaz de descartar ações e omissões que são moralmente erradas, mas será capaz de se pronunciar em ações e omissões como obrigatório. Isso significaria, além disso, que a FLN seria poderosa o suficiente para gerar deveres negativos e positivos.¹⁴

Sobre a determinação do nível do ato, Timmons afirma que ela consiste naquelas ações concretas e específicas que podem ser exercida por qualquer pessoa. A exatidão classificatória se dá pelos testes de consistência, a saber, o teste de contradição na concepção (CC) e o teste de contradição da vontade (CW), eles são os responsáveis por catalogar moralmente uma ação na esfera de um dever perfeito e de um dever

¹³ Timmons, M. *The categorical imperative and Universalizability*, p. 169.

¹⁴ Timmons, M. *The categorical imperative and Universalizability*, p. 169-170.

imperfeito. Kant pensou a sua teoria moral para todos os seres racionais sensíveis, sejam eles humanos ou não humanos, mas tão somente seres racionais sensíveis. Ora, um princípio atinge um escopo máximo quando é válido para todos os seres humanos, e possui uma dimensão de máximo alcance quando é válido para todos os seres racionais sensíveis.

Tentaremos esclarecer os conceitos de deveres perfeitos e deveres imperfeitos, fazendo uso do pensamento de Schönecker e Wood. Eles afirmam que Kant distinguiu os deveres em perfeitos e imperfeitos, os perfeitos são aqueles que governam, ou devem governar aquelas ações indispensáveis, como é o caso da proibição do suicídio. Os deveres imperfeitos,

são aqueles que comandam o estabelecimento de determinados fins (p. ex., a beneficência), mas deixam em aberto até onde ou o quanto se deve perseguir estes fins e quais meios têm de serem empregados na realização destes fins. A esta divisão correspondem testes diferentes. Deveres perfeitos são conhecidos através de um teste de máximas, por meio do qual se tornará explícita uma *contradição do pensamento*¹⁵; a contradição consiste em que uma máxima: “não se pode sequer pensar sem contradição a sua máxima como lei universal da natureza” (424, 4). Se uma máxima pode ser pensada como lei universal da natureza, mas não pode ser quista sem contradição, então existe uma contradição no querer: então é “impossível querer que [a] máxima seja erguida à universalidade de uma lei da natureza, porque uma tal vontade se contradiria a si mesma.” (424, 7). Este teste mostra quais deveres imperfeitos existem.¹⁶

Os testes são necessários para avaliar se uma ação é válida do ponto de vista da moral, pois uma máxima é um princípio subjetivo e pode ser falha em um dos testes. A função do imperativo categórico é justamente estabelecer como um ser racional sensível deve agir. Contudo, a primeira coisa que deve ser feita, e nisso Kant, Timmons, Schönecker e Wood parecem concordar, é estabelecer a máxima de uma ação.

Agora tentarei expor os problemas que Timmons e outros intérpretes encontraram ao pensar a FLN como um procedimento de decisão e os argumentos que eles usaram para refutar as teses fortes de um modelo da FLN, a saber, o poder

¹⁵Timmons o chama de “contradição na concepção”.

¹⁶Schönecker, D. Wood, A. *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant: um comentário introdutório*, p. 121.

deontico, a determinação do nível do ato, a exatidão classificatória e o âmbito abrangente. Vale ressaltar que Timmons não está preocupado em atribuir um duplo papel a FLN, um de procedimento de decisão e outro como um critério moral, ele está preocupado tão somente com a tese de que a FLN pode ser um processo de decisão e as objeções que aderir a essa tese implica. Entretanto, Timmons se considera um pessimista em relação à FLN, pois ele não acredita que ela desempenhe um processo de decisão na ética kantiana, ele crê que a importância da FLN é outra que não essa.

Timmons diz que se pode considerar que a FLN possui um poder deontico se o indivíduo crê que a universalizabilização é capaz, por si só, de denominar se uma ação é correta ou não. Mas ele ressalta que adotar essa visão de que a universalizabilização é capaz de denominar se uma ação é correta ou não, acarreta em diversos problemas e na forma mais comum adotada por alguns intérpretes de criticar a FLN. Ora, Timmons afirma que se pode questionar usando do argumento de que se uma máxima passa pelos testes de Kant, mas a ação em si é errada, ela gera o que ele chama de um falso positivo, pois a universalizabilização forneceu um juízo equivocado da ação. Isso pode acontecer ao inverso também, no caso de uma máxima não ser universalizável, ou seja, falha em um dos testes de Kant, mas a ação é correta, esse é o caso de um falso negativo. “Os falsos positivos desafiam a suficiência da universalizabilidade como prova de correção; Falsos negativos desafiam a sua necessidade.”¹⁷ Essa é a maneira mais comum de refutar a tese de que a FLN possui um poder deontico.

Contudo, alguns intérpretes rejeitam a tese do poder deontico, mas se mantêm firmes em afirmar que a universalizabilização representa, dentro da teoria moral de Kant, pelo menos uma singela condição de correção da ação. No que se refere à determinação do nível do ato e as objeções que podem ser levantadas contra esse ponto do modelo forte da FLN, esta a perspectiva de que se esse procedimento de decisão é determinado, então ele é puramente capaz de fornecer um veredicto deontológico sobre as ações e os deveres, porém, o processo deliberativo dado pela FLN parece ser apropriado apenas para fornecer veredictos sobre os nossos deveres gerais, mas parece que não é capaz de fazer a transição dos deveres gerais para casos específicos. Isso, segundo Timmons, limita a determinação da FLN ser tida como um processo de

¹⁷ Timmons, M. *The categorical imperative and Universalizability*, p. 175.

decisão. É posta em dúvida por Timmons e outros comentadores que ele cita ao longo do seu comentário, como Barbara Herman, a exatidão classificatória dos testes de Kant, a saber, o CC e o CW. Eles usam do exemplo de um assassinato, um ato de assassinato, se não falhasse primeiro no teste de contradição na concepção (CC), falharia necessariamente no teste de contradição da vontade (CW), pois é impossível estabelecer a máxima pela qual alguém comete um assassinato como uma lei universal da natureza. Por isso que não se podem classificar os testes de Kant. Sobre o âmbito abrangente ou escopo máximo da FLN, Timmons analisa que alguns intérpretes, ao pesquisar e refletir sobre a teoria moral de Kant na GMS, afirmam que as regras morais que devem ser derivadas do imperativo categórico devem ser dadas exclusivamente a priori, ou seja, fundada em uma razão pura. Enquanto outros aceitam também informações empíricas. Schönecker e Wood dizem o seguinte: “(...) Kant, na verdade, concebe sua ética como uma metafísica dos costumes apriorística, mas disso não segue que ela prescindia do conhecimento empírico.”¹⁸) Timmons afirma que essas visões distintas podem ser elucidadas se:

distinguirmos três níveis de julgamento moral na ética de Kant. No nível mais fundamental, está o Imperativo Categórico - o princípio supremo da moralidade - cuja base e justificação são inteiramente prioritárias e, portanto, considerações de natureza humana e circunstâncias não desempenham nenhum papel que o fundamente ou que possa justificá-lo. No segundo nível, temos uma bateria de generalizações morais de nível médio do tipo apresentado no Tugendlehre¹⁹ deveres de autoperfeição cuja derivação obviamente depende de fatos empíricos sobre os seres humanos e deveres de felicidade para os outros, incluindo deveres para os outros como seres humanos. Finalmente, no terceiro nível, temos deveres concretos específicos - deveres para realizar ou abster-se de realizar algumas ações específicas em algumas ocasiões específicas - o que, como Kant deixa claro, requer que consideremos circunstâncias específicas. (...) A disputa sobre o alcance (que se baseia na disputa sobre quais considerações podem legitimamente desempenhar um papel nos testes de Kant) geralmente é focada no segundo nível de julgamento moral. Todas as partes concordam que uma máxima incluirá informações

¹⁸ Schönecker, D. Wood, A. *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant: um comentário introdutório*, p.122

¹⁹ Podemos entender o conceito de Tugendlehre como um “sistema metafísico de deveres morais”, segundo Wood, 2008, p. 174, a Metafísica dos Costumes está dividida em duas partes, onde uma é responsável pela reflexão sobre a Doutrina do Direito (Rechtslehre) e a segunda parte se preocupa com a Ética ou Doutrina da Virtude (Tugendlehre).

empíricas sobre as circunstâncias, os fins e as ações propostas. No entanto, como explicado anteriormente, as interpretações austeras só permitem que verdades amplamente conceituais apareçam nos testes, enquanto interpretações mais opulentas permitem informações empíricas gerais - informações sob a forma de leis empíricas ou talvez teleológicas e suas implicações.²⁰

Timmons crê que os intérpretes e comentadores kantianos tendem a aceitar informações empíricas na constituição de uma máxima, e assim, acabam rejeitando a tese de um amplo escopo ou âmbito abrangente.

Assim, alguns intérpretes argumentam que é apenas o princípio supremo da moralidade cuja base justificativa é (e deve ser) a priori, e que os deveres derivados são (e devem ser) justificados por recurso para fatos sobre seres humanos. Isso, por sua vez, significa que o sistema de deveres de Kant no Tugendlehre se estende apenas aos seres humanos e a criaturas como elas nas suas características. Mas desistir de um vasto alcance ao nível das regras morais derivadas, embora possa entrar em conflito com algumas das declarações de Kant na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, não prejudica a adequação geral dos testes de universalidade de Kant.²¹

Ao refletir sobre o que fundamenta a ideia de que a FLN é vulnerável aos contra exemplos, Timmons constatou que a maioria dos intérpretes do pensamento de Kant crê que o problema dos contra exemplos é remanescente da ausência de uma teoria da relevância moral, a sua crença se dá, pois, em geral quando a ação é errada e a máxima passa nos testes de Kant há um excesso de informação irrelevantes do ponto de vista da moral. Uma teoria da relevância moral salvaria, então, os testes de Kant dos contra exemplos. Contudo, Timmons pensa o contrário. Ele crê que a teoria de Kant possui sim uma teoria de relevância moral intrínseca no imperativo categórico, que é a humanidade como fim em si mesma, pois ela serve como um critério moral. Timmons ressalta que Kant se refere à palavra *humanidade* como as capacidades racionais que qualquer ser racional sensível possui, ou seja, a capacidade de deliberar sobre algo que se entende como bom, é a auto legislação moral, o que Kant chama de *autonomia*. “Portanto, a ideia central é que fatos conduzidos nas ações da autonomia racional representam as

²⁰ Timmons, M. *The categorical imperative and Universalizability*, p. 172.

²¹ Timmons, M. *The categorical imperative and Universalizability*, p. 173.

características morais mais fundamentalmente relevantes da ação.”²² Segundo Timmons, uma teoria da relevância moral torna a FLN autossuficiente, mas mesmo assim ela não consegue salvar os testes de Kant dos contra exemplos.

Como já havia sido anunciado trataremos agora sobre a visão de Timmons a respeito do que ele entende por veredicto moral enfatizando a visão de outros autores sobre o imperativo categórico. Parece que Kant não está preocupado, pelo menos na *Fundamentação*, em estabelecer se uma ação é correta ou não. A posição adotada por Timmons de uma ação ser correta ou incorreta parece estar equivocada, visto que Kant está ocupado na GMS em refletir se uma máxima é válida ou inválida do ponto de vista da moral. Definir se uma ação é correta ou incorreta parece estar atrelado a algo externo, como leis jurídicas, ou seja, proibir uma ação é uma tarefa do direito e não da moral, tanto que Kant não diz se uma ação é correta ou não quando ela passa nos seus testes, ele diz que ela é válida ou inválida. Correto está relacionado com a materialidade e isso não parece se relacionar com a moral. Kant trabalha com o princípio da ação, e tal princípio é válido ou inválido, não correto ou incorreto.

Sobre a formulação do imperativo categórico, Kant fala dos mandamentos e das leis morais que são deriváveis do princípio supremo da moralidade, pois o imperativo categórico é somente um, logo, as fórmulas universais, são derivações do imperativo.

As diversas fórmulas de Kant do imperativo categórico evocaram uma enxurrada sem fim de interpretações e discussões. Tanto simpatizantes quanto opositores da ética de Kant se concentram, sobretudo, na UF²³ (ou na NF respectivamente). Enquanto uns estão errados ao pensar que UF de fato permite, como um algoritmo moral, testar máximas e derivar deveres, os outros se enganam ao pensar que UF é a fórmula decisiva. Veremos que UF não permite a derivação de deveres. A crítica à UF seria arrasadora se essa fosse a única fórmula que Kant oferece e ela também seria arrasadora se essa fórmula, entre todas as fórmulas, fosse realmente a decisiva.²⁴

Schönecker e Wood elucidam o conceito de universalizabilidade, eles afirmam que uma máxima é universalizável se ela pode ser concebida e pensada sem existir

²² Timmons, M. *The categorical imperative and Universalizability*, p.178)

²³ Schönecker e Wood usam a sigla UF (*Universalisierungs-Formel*) para fórmula da lei universal e a sigla NF (*Naturgesetzformel*) para fórmula universal da lei da natureza.

²⁴ Schönecker, D. Wood, A. *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant: um comentário introdutório*, p. 116.

sem nenhuma contradição, seja no querer ou no pensar. Uma máxima, segundo Kant, têm de ser estabelecida como se fosse uma lei universal da natureza, essa é a forma que uma máxima deve possuir. É válido salientar, que antes de uma máxima ir para os testes de contradição, ela deve ser universalizada, se ela é passível de universalização, então ela passa a ser analisada pelos testes, se ela não é passível, então ela já deve ser dada como moralmente inválida, e assim, não precisa ir para a avaliação dos testes. Os testes de contradição que são ligados à FUL devem nos dar informações de como devemos agir. Contudo, eles apenas nos dizem qual a maneira moral mais adequada de agir.

Schönecker e Wood ressaltam o que Kant deixa claro na GMS, que as diversas fórmulas estabelecidas por Kant são derivações de uma única lei, a saber, o imperativo categórico. A função de tais formas é elucidar e tornar compreensível aos seres racionais sensíveis a própria lei moral.

Kant coloca-se a ‘tarefa’ em 420 de determinar ‘o’ imperativo categórico. Isso ele faz e a fórmula na qual o imperativo é apresentado é UF (421). Desse imperativo – formulado em UF – ainda será dito que ele é o ‘único’. Isso condiz muito bem não apenas conteudisticamente com a pressuposição de que este ‘único’ imperativo categórico (isto é, UF) é ao mesmo tempo o imperativo categórico ‘geral’; Kant o diz também: pois quando em 421 Kant passa para NF ele se refere claramente a UF e diz que o (este) “imperativo universal do dever” (421, 17, gr. n.) pode ‘também’ ser expresso como NF.²⁵

Deve-se levar em conta ao analisar o imperativo categórico que a FUL ou UF é a fórmula mais empregada por Kant ao longo da sua obra. O imperativo categórico é a priori porque não se fundamenta em qualquer princípio empírico e não leva em conta interesses subjetivos ou inclinações do agente, o imperativo é sintético “na medida em que a vontade de um ser racional-sensível nem sempre quer o moralmente bom, mas precisa ser ‘conectada’ a ele.”²⁶

²⁵ Schönecker, D. Wood, A. *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant: um comentário introdutório*, p. 151.

²⁶ Schönecker, D. Wood, A. *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant: um comentário introdutório*, p. 154.

Considerações finais

Levando-se em conta a posição de Timmons apresentada de que a Fórmula Universal da Lei da Natureza FLN não desempenha um procedimento de decisão na teoria moral de Kant, acredita-se, porém que a universalizabilização possua pelo menos um critério de correção moral. Como exposto, a FLN não pode servir como um processo de decisão por que ela não gera um veredicto deôntico, pois ela não concebe deveres negativos e deveres positivos, além de ser vulnerável aos contra-exemplos, como o caso do falso positivo e do falso negativo. A maioria dos intérpretes crê que o problema dos falsos positivos e dos falsos negativos ocorre por uma falta de uma teoria de relevância moral, Timmons discorda dessa posição afirmando que mesmo que Kant possua uma teoria de relevância moral implícita na formulação do imperativo categórico da humanidade como fim em si mesma, tal teoria não consegue salvar a FLN desses contra-exemplos. Contudo, não podemos refletir sobre essa possível teoria de relevância moral, visto que nos detemos neste ensaio apenas nas duas fórmulas, a universal e a da natureza, não observando o papel das outras derivações do imperativo categórico. Concordamos com Timmons de que a FLN não indica em qual nível de abstração uma máxima deve ser pensada, e por isso, ela não pode servir como um procedimento de decisão. Uma máxima é um princípio subjetivo e pode ser falha. A FLN parece ser apta apenas para fornecer um veredicto sobre nossos deveres gerais, mas parece não ser apropriada para a transição para casos específicos, ou seja, não serve como um processo de decisão.

Por fim, saliento a necessidade de observar com mais minúcia os pontos levantados ao longo deste ensaio, pois, por exemplo, existem distintas abordagens sobre o significado kantiano das fórmulas universais, bem como das outras perspectivas abordadas, o que evidentemente não pode ser levado a termo neste espaço.

Referências:

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*; tradução nova com introdução e notas por Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial: Barcarolla, 2009. Coleção philosophia.

SCHÖNECKER, Dieter. WOOD, Allen. *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant*: um comentário introdutório; tradução Robinson dos Santos, Gerson Neuman. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

TIMMONS, Mark. The categorical imperative and Universalizability. In. Edited by HORN, SCHÖNECKER. *GROUNDWORK FOR THE METAPHYSICS OF MORALS*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, p. 158 – 199, 2006.

WOOD, Allen. *Kant*, introdução; tradução Delamar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed Editora S.A, 2008.